



# CAO CONSUMIDOR

BOLETIM INFORMATIVO



# Editorial

O CAO Consumidor apresenta a 6ª edição do Boletim Informativo de 2025, reunindo os principais destaques que marcaram o cenário da defesa do consumidor nas últimas semanas.

Nesta edição, você encontrará um apanhado das principais atuações do Ministério Público na repressão a práticas abusivas, além de decisões judiciais de impacto que vêm influenciando o cenário da proteção ao consumidor no país. Também trazemos uma análise atualizada sobre as recentes alterações legislativas no campo do Direito do Consumidor.

O cenário continua desafiador, e por isso reforçamos nosso compromisso com a construção de relações de consumo mais justas, seguras e conscientes. Este boletim é feito por muitas mãos – e pode ser ainda melhor com a sua. Envie sugestões, compartilhe conosco suas ideias e nos ajude a fortalecer essa rede de proteção ao consumidor.

Equipe Cao Consumidor

# Sumário

Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais	<u>4</u>
Atuação do Ministério Público Federal	<u>6</u>
Atualizações do STJ e STF	<u>7</u>
Decisões dos Tribunais	<u>8</u>
Novidades Legislativas	<u>9</u>
Notícias Gerais	<u>10</u>

## Equipe Técnica

### **Carlos Henrique Richter**

Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Consumidor;

### **Andreia Monte Alegre Bezerra de Menezes**

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO-Consumidor

### **Jessica Brenda Steinbach do Carmo**

Auxiliar Ministerial

### **Alessandro Aparecido da Silva**

Residente

# Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

- **MPCE: MP do Ceará multa clínica de nutrição por venda irregular de medicamento para diabetes em Fortaleza:** O Ministério Público do Estado do Ceará, por meio da 132ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, aplicou multa administrativa de, aproximadamente, R\$ 40 mil a uma clínica de nutrição por comercializar, de forma irregular, frações do medicamento Tirzepatida, conhecido popularmente como Mounjaro. A medicação é de uso controlado e está sujeita a regras específicas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). [Íntegra aqui.](#)
- **MPPI: MP Piauí ingressa com Ação Civil Pública contra Agespisa por má prestação do serviço de abastecimento de água em Esperantina:** O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Esperantina, ingressou com uma Ação Civil Pública contra a empresa Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa) em razão da má prestação do serviço de abastecimento de água na cidade de Esperantina, em especial nos bairros Novo Milênio e Bernardo Rêgo. [Íntegra aqui](#)
- **MPPB: MP-Procon de Campina Grande na Paraíba autua empresa aérea que opera no município:** A Diretoria Regional de Campina Grande do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado da Paraíba (MP-Procon) promoveu fiscalização, no dia 05/06, que resultou na autuação de uma empresa aérea que opera no aeroporto do município. [Íntegra aqui.](#)
- **MPMG: Banco é multado pelo MP-Procon de Minas Gerais por desrespeitar direito do consumidor à informação:** O Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), multou em R\$ 75.364,17 a agência do Banco Itaú Unibanco S/A situada na avenida Professor Mário Werneck, no bairro Buritis, em Belo Horizonte, pela ausência de informativo sobre o local onde a cadeira de rodas possa ser retirada. Embora tenha sido oferecida ao fornecedor uma proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e Transação Administrativa (TA), esses não foram aceitos. [Íntegra aqui.](#)
- **MPRJ: MP Rio de Janeiro obtém sentença que determina melhorias no fornecimento de energia elétrica em Piraí:** O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Barra do Piraí, obteve decisão favorável em ação civil pública ajuizada contra a concessionária Light, em razão das reiteradas falhas no fornecimento de energia elétrica no município de Piraí, entre os anos de 2021 e 2022. [Íntegra aqui.](#)

# Atuação dos Ministérios Públicos Estaduais

- **MPAM: MP do Amazonas fiscaliza escolas do interior para verificar acesso à água potável e saneamento básico no projeto nacional “Sede de Aprender”:** Alinhado ao projeto nacional “Sede de Aprender”, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-AM), deu início a uma série de fiscalizações em escolas públicas com o objetivo de verificar as condições de acesso à água potável e saneamento básico. [Íntegra aqui.](#)
- **MPBA: MP da Bahia aciona empresas de apostas esportivas online:** Três empresas de apostas esportivas online foram acionadas pelo Ministério Público do Estado da Bahia após a Instituição constatar que elas atuam sem autorização do Poder Público e estão lesando consumidores. [Íntegra aqui.](#)
- **MPSP: MP São Paulo fiscaliza cumprimento de sentença por abusos no cancelamento de cartões Carrefour:** O Ministério Público de São Paulo acompanha, por intermédio da Promotoria de Justiça de São Vicente, o cumprimento da sentença que impôs uma série de obrigações ao Banco CSF, que administra o cartão de crédito do Carrefour. [Íntegra aqui.](#)
- **MPPA: Justiça acata ação ingressa pelo MP do Pará contra estabelecimento de ensino superior por irregularidades em cursos de Capanema:** O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Capanema, obteve decisão favorável em Ação Civil Pública ajuizada contra a Universidade Brasil, em razão de diversas irregularidades na oferta de cursos superiores no município. A decisão judicial visa assegurar os direitos de dezenas de alunos que foram lesados pela instituição de ensino entre os anos de 2020 e 2021. [Íntegra aqui.](#)

# Atuação do Ministério Público Federal

- **MPF garante retirada de vagões abandonados e soluciona impasse ambiental em Itatiaia no Rio de Janeiro:** O Ministério Público Federal (MPF), promoveu a resolução de um antigo problema enfrentado pela população de Itatiaia, no interior do Rio de Janeiro: o abandono de dezenas de vagões ferroviários da empresa MRS Logística S.A. ao longo da linha férrea que atravessa a cidade. A situação foi formalmente denunciada por um morador em abril de 2024. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF pede condenação de ex-gestores do Banco Cruzeiro do Sul por crimes financeiros:** O Ministério Público Federal (MPF) reiterou o pedido de condenação penal de sete ex-integrantes da cúpula do Banco Cruzeiro do Sul, que teve falência decretada em 2015. A requisição faz parte das alegações finais do MPF, última manifestação antes de a Justiça Federal julgar o caso. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF: Justiça recebe denúncia do MPF contra 36 pessoas envolvidas em esquema de tráfico de pessoas e produção de cigarros falsos no Rio de Janeiro:** A Justiça Federal recebeu denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra 36 pessoas envolvidas numa organização criminosa responsável por operar um esquema de produção e venda de cigarros falsificados em municípios do Rio de Janeiro. [Íntegra aqui.](#)
- **MPF faz vitorias para avaliar segurança e preservação das rodovias federais em Santa Catarina:** O Ministério Público Federal (MPF) está fazendo uma série de vitorias nas vias marginais da BR-101, em Santa Catarina. Com o auxílio de perícia especializada, está sendo avaliado o estado de conservação das vias, que têm sido alvo de inúmeras reclamações da população local. Nos dias 11, 12 e 13 deste mês, o MPF esteve em Joinville. [Íntegra aqui.](#)

# Atualizações STJ e STF

➤ **STJ: Pesquisa Pronta destaca tratamento de obesidade pelo plano de saúde e início de juros moratórios em contratos administrativos:** A página da Pesquisa Pronta, produzida pela Secretaria de Jurisprudência (SJR), divulgou uma nova edição, com destaque para dois novos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

DIREITO DO CONSUMIDOR – PLANO DE SAÚDE: Cobertura para tratamento de obesidade pelo plano de saúde. Confira outros temas relacionados:

- ➔ Cobertura pelos planos de saúde para medicamentos fabricados à base de Canabidiol.
- ➔ Cobertura de despesas do acompanhante em caso de internação do beneficiário do plano de saúde com idade acima de 60 anos. [Íntegra aqui.](#)

➤ **Redes sociais: Supremo segue MPF e amplia responsabilidade de plataformas por conteúdos postados:** O Supremo Tribunal Federal (STF) seguiu a posição defendida pelo Ministério Público Federal (MPF) e ampliou a responsabilidade de plataformas e redes sociais por conteúdos postados terceiros. Em julgamento encerrado nesta quinta-feira (26), a maioria dos ministros considerou parcialmente inconstitucional o art. 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que exigia prévia ordem judicial para retirada de material do espaço virtual. Pela regra, os provedores só poderiam ser condenados a pagar indenizações por danos morais se descumprissem ordem judicial, mantendo o conteúdo ilegal no ar. O Plenário considerou que a regra não protege de forma adequada e eficaz bens jurídicos importantes, como os direitos fundamentais e a democracia. [Íntegra.](#)

➤ **STJ: Supermercado deve pagar indenização de R\$ 6 mil por abordagem vexatória de segurança contra cliente adolescente:** A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve a condenação de um supermercado do Paraná ao pagamento de danos morais de R\$ 6 mil em razão de abordagem considerada vexatória e abusiva de uma adolescente que foi acusada de furto por agente de segurança na saída do local. [Íntegra.](#)

# Decisões dos Tribunais

- **TJDFT: Turma Recursal de Brasília mantém indenização a estudante retirado de sala por suposta inadimplência:** A 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve a condenação do Serviço Social da Indústria (SESI) ao pagamento de R\$ 7 mil por danos morais a um aluno que, diante da turma, foi levado à secretaria por alegada falta de pagamento. A decisão confirmou a sentença da 3ª Vara Cível de Taguatinga. [Íntegra aqui.](#)
- **TJMT: Consumidora obtém vitória na Justiça por defeitos em imóvel recém-adquirido, decide Justiça de Mato Grosso:** A Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso manteve a condenação de uma construtora por falhas estruturais e vícios ocultos constatados em um imóvel residencial adquirido por uma consumidora na capital do estado. [Íntegra aqui.](#)
- **TJMT: Facebook é condenado por não remover perfis falsos no Instagram e terá que indenizar empresa, decide Justiça de Mato Grosso:** A Justiça de Mato Grosso manteve a condenação do Facebook Serviços Online do Brasil Ltda., responsável pelo Instagram, por não cumprir integralmente ordem judicial de exclusão de perfis fraudulentos na plataforma. A Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), sob relatoria do desembargador Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro, confirmou o pagamento de R\$ 10 mil a título de indenização por danos morais, além da manutenção das demais penalidades fixadas na sentença de primeiro grau. [Íntegra aqui.](#)
- **TJMT: Justiça de Mato Grosso valida faturas como prova de dívida e condena consumidora ao pagamento de R\$ 96 mil:** A Primeira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) deu provimento, por unanimidade, a recurso interposto por uma instituição financeira, revertendo sentença que havia julgado improcedente ação de cobrança contra uma cliente inadimplente. [Íntegra aqui.](#)

# Novidades legislativas

## **PL 4782/23:**

Agência Câmara de Notícias: Comissão aprova prazo de 24 horas para agência de turismo emitir passagem aérea após o pagamento

## **PL 4072/19:**

**Ementa:** Obriga que o documento de cobrança de condomínio e encargos contenha informações detalhadas respectivamente ao que está sendo cobrado da unidade condominial.

## **PL 560/21:**

### **Agência Câmara de Notícias:**

Comissão aprova projeto que impede distribuidoras de energia de repassar perdas para contas de luz

# Notícias Gerais

- **Febraban: Federação Brasileira de Bancos alerta para o golpe do falso fornecedor:** Golpistas estão aproveitando o avanço de serviços oferecidos pela internet e o crescimento dos pagamentos digitais para cometer crimes contra os consumidores. A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) alerta que uma nova modalidade tem preocupado os consumidores: o golpe do falso fornecedor ou prestador de serviço. [Íntegra aqui.](#)
- **Gov: Lei dos Planos de Saúde completou 27 anos:** Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) celebra, nesta terça-feira, 3/6, o aniversário de 27 anos da Lei nº 9.656/1998 e seu papel como marco regulatório central do setor de saúde suplementar. Também conhecida como a Lei dos Planos de Saúde, ela estabeleceu diretrizes claras e assegurou direitos fundamentais aos beneficiários de planos de saúde. [Íntegra aqui.](#)
- **Gov: Senacon apura ausência de repasse da redução dos preços de combustíveis ao consumidor:** A [Secretaria Nacional do Consumidor](#) (Senacon) cobrou explicações da Petrobras, da ANP e da Fecombustíveis sobre por que a redução nos preços dos combustíveis nas refinarias não está sendo repassada ao consumidor final. As entidades têm 10 dias para justificar os aumentos nos postos, mesmo com a queda de 9% no preço da gasolina desde janeiro de 2023 e redução no diesel. [Íntegra aqui.](#)
- **Conjur: Bancos lideram com folga lista de principais réus em ações consumeristas:** Um levantamento exclusivo feito pela plataforma de inteligência jurídica [Jusbrasil](#), a pedido da revista eletrônica Consultor Jurídico, com dados de cinco Tribunais de Justiça do país, mostra que a imensa maioria das ações consumeristas brasileiras é movida contra os bancos. Eles foram réus em 1,2 milhão de processos distribuídos na primeira instância dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraná e Bahia entre janeiro de 2023 e maio de 2025. [Íntegra aqui.](#)

SUGIRA,  
COMPARTILHE,  
PARTICIPE!

Já estamos preparando a próxima edição e queremos contar com você! Mande suas sugestões até 25.7.2025 e ajude a tornar o boletim ainda mais interessante!

[cao.consumidor@mpmt.mp.br](mailto:cao.consumidor@mpmt.mp.br)



**MPMT**  
Ministério Público  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

**CAO de Defesa do Consumidor**

Ministério Público do Estado do Mato Grosso

65 3611-0600

[www.mpmt.mp.br](http://www.mpmt.mp.br)